



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Política de Indexação para Bibliotecas: funções e finalidades

Mariângela Spotti Lopes Fujita

Como citar: FUJITA, M. S. L. Política de Indexação para Bibliotecas: funções e finalidades. *In:* FUJITA, M. S. L. (org.). **Política de Indexação para Bibliotecas: elaboração, avaliação e implantação.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 15-22.
DOI: <http://dx.doi.org/2016.978-85-7983-817-0.p15-22>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

1 POLÍTICA DE INDEXAÇÃO PARA BIBLIOTECAS: FUNÇÕES E FINALIDADES

Mariângela Spotti Lopes Fujita

A política de indexação pode ser determinada por diversos fatores em uma unidade de informação, desde a seleção de tipos de documentos a serem indexados, procedimentos de análise e representação de assuntos, aspectos qualitativos da indexação como precisão, especificidade, exaustividade e revocação, instrumentos de controle de vocabulário tais como linguagens documentárias ou opção por trabalhar com linguagem natural, além da avaliação da indexação pela consistência e pela recuperação. Todos esses fatores, entretanto, ganham significado quando aplicados ao contexto interdisciplinar da biblioteca universitária que possui finalidades e objetivos e abriga condições em seu ambiente quanto à natureza da informação produzida e solicitada, bem como características interdisciplinares da comunidade científica de seus usuários.

Nesse sentido, é perfeitamente possível supor que as decisões emanadas de uma política de indexação sejam adequadas à combinação de diferentes variáveis existentes na biblioteca universitária ou em um sistema de bibliotecas universitárias, de tal modo que a linguagem livre seja adotada em combinação com uma linguagem de indexação para sua atualização, que a linguagem de indexação seja de elaboração própria sem compatibilização com outra linguagem, ou que, em função da falta de infraestrutura tecnológica, o catálogo não possa estar *online*, mas tão somente em rede interna e por isso todos os registros bibliográficos e de autoridades necessitam ser, necessariamente, construídos e não compartilhados. Mais outras variáveis combinadas podem ter outros resultados diferentes conforme o contexto de decisão da política de indexação, o que, certamente afetará, em maior ou menor medida, a recuperação da informação, objetivo final da política de indexação.

<https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-817-0.p15-22>

O fato é que a existência de uma política de indexação e seu registro oficial pela biblioteca ou sistema tem a função de circunstanciar as condições daquele momento para o respaldo das decisões a respeito de elementos da política de indexação, como por exemplo, a exaustividade e a especificidade da indexação, o processo de indexação e a linguagem de indexação no que tange a sua especificidade e exaustividade. Em outro momento do desenvolvimento e após sua avaliação, a política de indexação poderá ser modificada em função da melhoria de condições de infraestrutura ou por solicitação da comunidade usuária. Desse modo, além da função de negociação das decisões sobre a indexação, do registro das decisões bem como das circunstâncias envolvidas, a principal função da política de indexação é, fundamentalmente, orientar e sistematizar o trabalho do indexador para o aprimoramento da indexação e, por conseguinte, da recuperação da informação.

No contexto interdisciplinar de bibliotecas universitárias, investigações anteriores (FUJITA; RUBI; BOCCATO, 2009; FUJITA; BOCCATO; RUBI, 2011) indicam mudanças significativas no comportamento informacional de acesso e uso do catálogo por usuários que solicitam recuperação por assuntos com mais especificidade, compatibilidade com sua linguagem de busca e disponibilidade de mecanismos de interação. Tais investigações e publicações demonstram e reforçam a necessidade de mais pesquisas em torno do tema de Política de Indexação que além de apresentar escassez de literatura é prioritária para o desenvolvimento e aprimoramento de sistemas de recuperação da informação de unidades de informação tais como bibliotecas e arquivos que ainda não descobriram o potencial de se planejar, elaborar e aplicar as orientações de uma política de indexação.

A complexidade está presente na elaboração e gestão da política de indexação se considerar que “sistemas complexos exibem uma grande quantidade de componentes independentes interagindo uns com os outros de inúmeras formas” (BRAGA, 1995, p.3). A elaboração da política de indexação pode ser analisada à luz da complexidade, tanto pela natureza cognitiva do processo de indexação e do nível de representações dos conteúdos, por indexadores, e das necessidades informacionais, por usuários, com linguagens diferentes, quanto pela gestão da política de indexação

para o planejamento, elaboração e implantação de normas, procedimentos, técnicas e manual da política de indexação com orientações gerais e específicas.

A indexação tem por objetivo o armazenamento das representações conceituais dos documentos para atender as necessidades de informação (GIL LEIVA, 2008, p. 70), compreendendo, fundamentalmente, duas etapas: 1) Análise de assunto; 2) Representação de conceitos.

A análise de assunto, por meio da leitura documental, permite a identificação e a seleção de conceitos orientados pelo conteúdo (documentos em análise) e pela demanda (usuários da biblioteca) para, em seguida, representá-los por termos de uma linguagem documental em uso pelo catálogo online. Tais ações são reflexos do contexto de atuação do bibliotecário, pois retrata o ambiente organizacional, o sistema de recuperação da informação, o perfil do usuário, o tipo de suporte, a profundidade e o nível de descrição temática (especificidade e exaustividade) realizada no documento.

A qualidade da indexação conduz à recuperação de informações úteis pelos usuários locais e remotos de bibliotecas. Essa afirmação tem respaldo no estudo teórico de Lancaster (2004) que expõe sobre a política de indexação ser determinante dos resultados quantitativos e qualitativos de consistência do processo de indexação e da precisão e revocação na recuperação da informação.

As bibliotecas, tendo em vista o modo como realizam a catalogação em equipe em um sistema, tem a necessidade de sistematizar processos e condutas de indexação. Para isso, dependem de uma política de indexação cuja elaboração emana sempre de um consenso entre usuários, indexadores, bibliotecários de referência e dirigentes, atores principais envolvidos no processo cotidiano onde as ações e mudanças acontecem e não dependem de um padrão de conduta uniforme, mas essencialmente de necessidades, comportamentos, decisões estratégicas e, sobretudo, de sociocognição.

Em artigo de Rubi e Fujita (2006), sobre o ensino para bibliotecários de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional procurou-se obter por meio da experiência do indexador mais subsídios sobre o tema de políticas de indexação devido à escassez de literatura. Para isso, o artigo relata a experiência do

curso à distância “Política de indexação em sistemas de informação” para bibliotecários indexadores das três universidades estaduais paulistas – Universidade de São Paulo (Usp); Universidade Estadual Paulista (Unesp) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – integrantes do Sistema Cruesp/Bibliotecas. Os resultados obtidos revelaram que o grande investimento do sistema de informação deve ser feito no indexador por meio de treinamento constante, formação continuada e grupos de estudos.

Conforme os resultados, quem possui o conhecimento sobre a indexação é o indexador e somente ele poderá iniciar e dar continuidade aos processos de construção de novos conhecimentos sobre a indexação e, conseqüentemente, sobre sua política, dentro do sistema de informação. Nesse sentido o artigo recomenda que

É necessário que tanto os grandes sistemas de informação quanto bibliotecas que não estão vinculadas a nenhum sistema tenham a preocupação em documentar tudo aquilo que é criado em sua organização. Porém, mais necessário ainda, é a criação de redes de comunicação eficientes entre os indexadores, para que haja o compartilhamento de conhecimento, tomando o indexador como fonte de informação para o início da espiral da construção de novos conhecimentos pelo e para o sistema de informação, resultando até mesmo em um manual de indexação mais eficiente. Porém, não nos esquecendo que o indexador sempre estará à frente do manual, com o seu conhecimento (RUBI; FUJITA, 2006, p.12)

É importante ressaltar que o artigo Rubi e Fujita (2006) em suas considerações finais conclui com duas importantes constatações: de que a indexação deve ser analisada do ponto de vista administrativo do sistema, uma vez que os resultados da indexação, e de sua política, serão observados na recuperação da informação e que o indexador é o “ponto de partida” para a geração do conhecimento organizacional sobre política de indexação dentro dos sistemas de informação onde atua e este é o motivo principal pelo qual o indexador deve ser valorizado, ou seja, pela sociocognição.

O tema política de indexação não é recente na literatura publicada em Ciência da Informação¹, porém é inédita sua aplicabilidade para bibliotecas e, em especial, para bibliotecas universitárias.

Este hiato de tempo de 30 anos entre a publicação de Carneiro (1985) e os dias de hoje pode ser explicado de dois modos igualmente válidos: a indexação, processo equivalente à catalogação de assunto, teve desenvolvimento e aplicabilidade fora do espaço de bibliotecas e com documentos diferentes; a catalogação teve evolução com uso de metadados transferíveis por meio de tecnologias avançadas de interoperabilidade e a catalogação de assuntos não acompanhou a evolução acelerada dos catálogos online.

Mas, essa defasagem deve e tem como ser revertida na discussão da política de indexação que desenvolverá o conjunto de elementos, variáveis, processo e linguagem para o aprimoramento da indexação e recuperação da informação.

¹ A primeira publicação sobre política de indexação no Brasil data de 1985 realizada pela Profa. Marília Vidigal Carneiro da UFMG no periódico *Perspectivas em Ciência da Informação*.

PARTE I
Elaboração

